

# ESTADO DE MATO GROSSO



# DIÁRIO OFICIAL

## SUPLEMENTO MENSAL

administração: governo *Wilmar Peres de Farias*

ANO 1 — CUIABÁ —

QUINTA FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 1986 —

Nº 4

## SUMÁRIO

NDIHR  
BIBLIOTECA

- A MESA, por Alfredo da Mota Menezes. Página 2.
- FACETAS DE UMA VIDA: CASSIO DE BARROS, por Marta de Arruda. Página 3.
- AS FORMAS DE DOMÍNIO DO PODER: A CONJUNTURA POLÍTICA DE MATO GROSSO (1912-1918) — II (A VIOLENCIA), por Jony Augusto Pacheco. Página 4.
- A CONTRIBUIÇÃO NAVAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE. Página 4.
- DE ENGANOS E DE ERRATAS, por Antonio de Arruda. Página 5.
- DOM AQUINO CORRÊA: PENSAMENTO RELIGIOSO, pelo Conde de Affonso Celso. Página 6.
- CUMPRIMENTOS POR ARTIGO NO SUPLEMENTO. Página 6.
- CUIABÁ E O MITO DO ISOLAMENTO, por Jesus da Silva Brandão. Página 7.
- A REPRODUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NAS MINAS DE CUIABÁ, por Elizabeth Madureira Siqueira. Página 8 e 9.
- IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA, por Maria Luiza Canavarros Palma. Página 10.
- ANTONIO PIRES DE CAMPOS, O DESCOBRIDOR DE CUIABÁ, por Pedro Rocha Jucá. Página 11.
- SUPLEMENTO MENSAL: CAPACIDADE DE CRIAÇÃO. Página 12.
- UM SENHOR DE ENGENHO SIMPLES E OPEROSO, por Luis-Philippe Pereira Leite. Página 13.
- HISTÓRIA E TURISMO ESTÃO JUNTOS: EM ÁGUA FRIA, por Joanito Pinto de Souza. Página 14.
- CORRESPONDÊNCIA DE JOÃO PEDRO DA CAMARA, por Ana Mesquita Martins de Paiva. Página 15.
- PESQUISA HISTÓRICA: APOIO DO SENADO FEDERAL. Página 16.

NDIHR  
BIBLIOTECA

## A MESA

Alfredo da Mota Menezes.

Uma das coisas mais curiosas desta nossa Universidade, ou até mesmo de todo aparato burocrático-administrativo do Estado, é medir o "poder" pessoal do administrador ou burocrata pelo tamanho e posição da mesa que ocupa.

Os burocratas-chefes menores possuem, é claro, uma mesa maior que os seus subordinados, bem como, se estão todos numa mesma sala, a sua mesa, numa demonstração de que ele é o poder ali, é voltada para os demais. É ele, o chefe, olhando e sendo olhado de frente pelos funcionários do setor. São os casos de uma Secretária titular ou de um chefe de divisão de algum órgão. O relacionamento chefe-subordinado, neste caso, por necessidade do serviço e pela natural dependência de um para com o outro, flui melhor. Se ajustam melhor. Um e outro conhecem os defeitos e virtudes de cada um e eles acabam se controlando mutuamente.

Se, porém, o chefe possui sala especial, só para ele, a sua mesa e o seu poder são maiores, sem dúvida. Poderíamos criar a seguinte equação: o poder do chefe é proporcional ao tamanho e posição de sua mesa, seu isolamento e pelo tipo de cadeira que usa. Aqueles que possuem cadeiras altas, de palhinha ou couro especial, que rodam de um lado para outro, forçando o interlocutor a seguir os seus tiques, com aquela bruta mesa a sua frente, este sim é chefe.

Se este chefe, no seu isolamento criado pela própria estrutura burocrática-administrativa, possui mais de um telefone sobre a mesa, se incline leitor pois o homem é autoridade mesmo. No entanto, o chefe maior é aquele que, além desses aparatos, possui, escondida em algum ponto de sua enorme mesa ou sob seus pés, uma campainha que você não ouve, não sabe onde está e que somente a secretária do chefe situada em outra sala recebe, aí sim, você está diante do verdadeiro chefe e do poder localizado daquele setor. Você não acredita que o tamanho e posição da mesa são sinônimos de poder? Observe isto e faça alguns testes. Lembro-me de um: na sala do Departamento de História, onde tinha que ficar parte do dia como Coordenador de um certo curso, havia as mesas do Chefe e do Sub-Chefe do Departamento. Sobrou para mim uma mesa grande, própria para reuniões e bem posicionada. Pois bem todas as pessoas, sem exceção, que entravam na sala a procura de informações sobre as atividades do Departamento ou do curso, nunca se dirigiam aos sentados nas mesas honras, mas diretamente a mim, o suposto dono do poder ali localizado.

A coisa mais interessante a se observar, no entanto, é que a pessoa que assume uma dessas mesas, sem mais nem menos, do dia para a noite, torna-se poderosa, aumenta a inteligência e fica cheio de conhecimentos de outras atividades do setor.

A sua mesa e posição dá condições de falar de cima para baixo, de estar aonde não deveria estar. Nós somos pessoas que contestá-lo ou argumentar com ele. Ele é o poder, o poder e possui seguidores que lhes darão o apoio necessário. No caso da Universidade, o chefe não está sozinho. Desvantagem, mesmo, que o assunto não é tratado no âmbito do conhecimento. Ou seja, o conhecimento não dá crédito mais a você do que a ele.

Claro, o chefe não é o chefe de mais de 4 anos

e estudos diários, viagens, teses e tudo mais, sobre América Latina, fui a uma sala de um verdadeiro chefe aqui na Universidade. Chefe de mesa, cadeira especial, telefones, campainhas, bonita vista panorâmica em papel de parede e cercado de 2 ou 3 funcionários solícitos do setor. Lá levei um banho de conhecimento sobre a América Latina que até hoje me pergunto se aquela pessoa estava falando sério ou brincando.

Tempos depois realizou-se aqui um curso de Pós-Graduação em Ciência Política em convênio com a UFMG e fui designado pelo meu Departamento para coordená-lo. Naquele corre-corre de se buscar a passagem aérea aqui, as diárias e as ajudas acolá, eu e alguns doutores em Ciência Política tivemos a oportunidade de sentir de perto o poder e a sabedoria do chefe. Fatos interessantes aconteceram e, a partir dali, comecei a analisar esta forma de comportamento local. Lembro-me que um PhD inglês, John Wilkinsou, ao sairmos da sala de um Chefe, chamou-me a atenção de que ficara boquiaberto com a tentativa daquela pessoa em dar-lhe uma aula sobre sua especialidade.

Se você ainda não atentou para isto, passe a observar este interessante e singular fenômeno de comportamento local. Comportamento que muitas vezes é deturpado, quando o chefe, devido a estrutura hierarquizada existente, passa a distanciar-se de todos, vivendo tão somente entre seus iguais.

Aí a coisa fica mais interessante.

### SUPLEMENTO MENSAL

#### EXPEDIENTE

#### GOVERNO:

WILMAR PERES DE FARIAS

#### SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO:

NEY ABBADIA DE OLIVEIRA

#### DIRETOR GERAL DA IOMAT:

ANANIAS VIEIRA DA SILVA

#### DIAGRAMADORES:

CELMO MOLINA

VALDECIR BACANI

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso  
Rua 13 de Junho n.º 431 Fone: 321-4613

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

#### Endereço para Correspondências e Contatos:

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 361-2211 (Ramal 170).

## FACETAS DE UMA VIDA : CASSIO DE BARROS

Marta de Arruda.

Cássio Leite de Barros é um corumbaense sempre bem humorado, como se diz na gíria, de cuca fria, que nasceu em Mato Grosso. Sua vocação política começou no jornal, quando tinha uma coluna intitulada "VENENO LENTO", onde satirizava a vida mato-grossense em seus bons momentos, sob o pseudônimo de Zé Butantã.

Numa de suas vindas a Cuiabá, hospedado na casa da filha, fomos encontrá-lo sentado na cadeira de balanço e tomando guaraná, logo depois de ter feito o quilo. De sorriso aberto e a alma tranquila, bateu longo papo com a entrevistadora do Núcleo de Documentação.

**INFÂNCIA** - Filho do casal Eulina e Fernando de Barros, confessa que sua infância foi igual a de todo menino de interior: soltava papagaio, jogava bolita, tomava banho de rio e não esquece o pião rodando no chão da sala.

Ressalta: fui um macanudo, que era o bom jogador de bolita. A expressão é oriunda do Paraguai, cuja influência é grande em Corumbá pelo motivo de serem vizinhos.

**AMIGOS** - Não poderia esquecer do Atiro Everaldo de Souza Francisco de Barros Cordeiro, Luiz Bojica e outros.

**PROFESSORA** - A minha primeira professora foi dona Romana Joaquina Barra, que hoje reside em Brasília. Depois, passei a estudar com uma das maiores educadoras de Corumbá, dona Tércia Pompeu dos Santos. Ela marcou com a sua presença várias gerações de corumbaenses.

**FORMAÇÃO** - Estudei na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e me formei em 1950, tendo como paraninfo o grande civilista brasileiro Odilon de Andrade. Fui aluno de professores como Roberto Lira, Ari Franco, Matos Peixoto, que marcaram época no ensino jurídico brasileiro.

**DESTINO** - Infelizmente não consegui ser o advogado que idealizei. O problema foi o seguinte: voltei para Corumbá e fui trabalhar no escritório do Dr. André de Barros, advogado que tinha uma banca muito importante na cidade. Dr. André exercia também a vida pública, tinha sido deputado estadual pela UDN e era influente político. Assim que fui trabalhar com ele, veio o convite para ocupar a pasta de Educação e Saúde, do governador Fernando Correa da Costa. Aí comecei a aparecer para mim a vida pública como uma imposição. A partir dali, como Dr. André se candidatasse a deputado federal, seu escritório transformou-se em comitê eleitoral. Fui levado a assumir a direção do jornal "O MOMENTO", o mais importante de Corumbá, fundado pelo jornalista Carlos Castro Brasil. No jornal, me vi comprometido com o processo político de Corumbá.

**JORNALISTA** - A minha passagem pelo jornalismo foi um período de muita agitação política na cidade. Eu, moço, não poderia deixar de exercer um jornalismo vigoroso. Meus artigos foram transcritos no "O Combate", de Cuiabá, e no "Correio do Estado", de Campo Grande. Vivia de jornal. A vida de jornalista foi gratificante porque não fazíamos um jornal de tesoura, mas enfocávamos assuntos da vida corumbaense, muitas vezes ironizando, colunas irônicas, próprias do jornalismo daquele tempo. Eu mantinha a coluna chamada "VENENO LENTO", sob o pseudônimo de Zé Butantã.

**IMPASSE** - Coloquei duas frases no jornal: "Silenciar a verdade é mentir duas vezes", do Carlos Lacerda, e do outro "O preço da liberdade é a eterna vigilância", do Eduardo Gomes. Eu passei uns dias em Campo Grande e, na volta, fiquei sabendo, a bordo, do suicídio do presidente Getúlio Vargas. Ao chegar, fui correndo para o jornal, pois sabia das agitações que tomavam o Rio de Janeiro e São Paulo e que isso iria repercutir pelo Brasil todo. Como meu jornal era da UDN, poderia haver qualquer reação contra a redação. Lá chegando, estavam reunidos os proprietários de "O MOMENTO". Lucídio Medeiros me falou: "O jornal vai sair diferente. Vamos tirar essas duas frases, a fim de não provocar os ânimos e a conseqüente reação. Eu disse: "Lucídio, eu sou hoje o mesmo homem de

ontem. O fato lamentável do suicídio de Vargas não modifica em mim nenhuma conceituação que fazia ontem. Protesto: Ou o jornal sai como estava ou saio eu. Retirei-me do jornal, porque eles eliminaram as duas frases.

**REPORTER ESSO** - Além dos assuntos estaduais e municipais, algum fato notável colhíamos pelo Reporter Esso, que foi o noticiário mais importante da época. Era a "testemunha ocular da história" e "o primeiro a dizer as últimas". Aproveitávamos os grandes acontecimentos nacionais e internacionais.

**CAMPANHAS POLÍTICAS** - Elas eram violentíssimas. O povo adorava comícios. Havia foguetório, desfile de bicicletas, às vezes até de cavalos, charretes, automóveis, e o povo vinha a pé. A campanha do Otacílio Faustino da Silva merece entrar para a história, pois chegou a chamar a atenção do escritor José Luiz Dobrero, nordestino que escreveu no Diário de Notícias um artigo sobre ele. O povo era fanático. E o Otacílio conseguia trazer uma multidão para a praça. O Otacílio costumava vir carregado de num andor, sobre os ombros dos seus correligionários como um marajá da Índia. A população gritava: Otacílio Otacílio, Otacílio! Ele ia carregado como um santo.

**NO APAGAR DAS LUZES** - Pesquei um governo já no apagar das luzes, de um ano; fui o primeiro governador após a divisão do Estado. No primeiro contato que tive com o presidente Geisel, recebi recomendações para ter muita prudência, muita cautela no trato público, a fim de que não houvesse atritos dentro do partido, o que poderia o correr em detrimento da vitória arenista, que poderia ser posta em perigo, quer em Mato Grosso quer no Brasil. Por várias vezes o presidente Geisel manifestou esta preocupação. De outro lado, ao fazer um levantamento dos compromissos do Estado, em todos os setores, verifiquei que havia muitas distorções. Preparei um documento com estes dados e levei ao presidente Geisel. Quis que o Planalto tivesse conhecimento de que os nossos compromissos eram bem mais elevados do que pensava o Ministério do Interior e do Planejamento. Estive junto ao presidente em busca de recursos. Ele olhou a sinopse e levou susto. Notei a fisionomia dele, que continha espanto e descrença. De volta a Cuiabá, recebi um telefonema do ministro Reis Veloso, o qual pedia permissão para mandar um técnico da SEPLAN a Cuiabá. De fato, veio o técnico e verificou que os dados eram absolutamente certos. Foi grande nossa luta em procurar sensibilizar o Poder Central para alocar maiores recursos para Mato Grosso.

**ESTADO PANTANEIRO** - Não desejava tanto a criação de Estado Pantaneiro. Mas acho que o pantanal é uma região geográfica muito singular que não devia ser dividida administrativamente. O pantanal tem que ser preservado. Temos o pantanal quase virgem, vamos dizer assim, do processo nefando da civilização. É uma zona escolhida para a criação de gado e os animais não atrapalhem. O que a trapalha é o turismo pantaneiro. Tenho medo que os maus turistas quebrem a ordem das coisas e acabem com o pantanal. É preciso ver se a construção de estradas para dar acesso às nossas belas regiões não acabará por afetar o equilíbrio ecológico da região. Essa é a minha preocupação.

\* O Projeto Foto-fonográfico tem a intenção de resgatar a memória de personalidades históricas ainda vivas que tiveram desempenho público significativo. Assim, temos um acervo com depoimentos nos diversos segmentos da sociedade à disposição de estudiosos e pesquisadores.

## AS FORMAS DE DOMÍNIO DO PODER : A CONJUNTURA POLÍTICA DE MATO GROSSO (1912-1918) - II (A VIOLÊNCIA)

Jony Augusto Pacheco

A violência na política mato-grossense chegou ao ápice quando assumiu em agosto de 1915, o governo de Mato Grosso o General Caetano de Albuquerque. Foi des de logo aplicando atos cujo intuito era magoar o partido que o elegera e o seu antecessor no governo. A traição de um partido que o elegera, bardeando-se com cargo que este partido lhe confiava, para os braços do Coronel Pedro Celestino. Foi um ato que trouxe grandes conseqüências. Foi um ato inédito na história política da República, quando se consumou com aparato bélico, com movimentos de capangas armados que alarmou a população pacata deste Estado, com a ostentação de força material e com as ameaças mais abertas de violências.

O primeiro fato de destaque, antes mesmo da posse de Albuquerque, ocorre em janeiro de 1915. Pedro Celestino sofreu um atentado em Rio Pardo, no qual escapou de ser vítima por ajuda de amigos. A execução sumária do Coronel Pedro Celestino, segundo a expressão de diversos relatos, deveria ser praticada no ponto de maior movimento de Rio Pardo, na ocasião de maior concentração, às 6:00 horas da tarde, quando da chegada dos trens. A consumação material do delito se revestiria de circunstâncias eficazes para a publicidade do fato e a evidência da autoria. Os assassinos, cumprindo as instruções do mandante, se reuniram e operaram em grupo; utilizaram-se de armas de fogo, cujos disparos se fizeram com estardalhaço. O atentado foi simultâneo, com dezenas de carabinas. A intenção era formar um sério conflito, do qual saísse assassinado o Coronel Pedro Celestino.

Na metade do ano de 1916 chegou a Mato Grosso o General Carlos Campos, Inspetor da 6ª Região Militar, com sede em São Paulo, emissário do Presidente da República, no sentido de evitar em terras mato-grossenses a atmosfera pesada de ódios, violências e paixões, que sistematicamente obscurecia e toldava os horizontes políticos do Estado. Nos meses subsequentes, a situação do Sul do Estado já era calamitosa. O envio do chefe de Polícia àquela região, no sentido de coibir os abusos ali praticados, alcançou êxito somente nos dias em que se achava presente no local a autoridade policial, pois o banditismo e as balbúrdias continuaram a rolar por toda a região sulista. Os jornais nacionais inseriram nas suas páginas notícias sobre o Estado de Mato Grosso. Eram alarmantes os fatos que teriam ocorrido na Região Sul, ressaltando que no Estado todo estaria reinando anarquia e vandalismo.

Na região do Aricá, por exemplo, as forças conservadoras sofreram perdas pelas tropas legais sob o comando do Dr. Miguel Mello e Coronel Licério Pereira. As forças rebeldes acampadas em Itaici fizeram atravessar uma força de 360 homens, sob o comando de Olimpio Kibeiro, e da qual faziam parte os contingentes de Antenor, Hildebrando e Alfredo da Costa Marques. Essas forças deviam bater a coluna Mello e Licério, tomar a metralhadora, mesmo que fosse a laço, e depois fazer um passeio na cidade. Mas o intuito não se realizou. As tropas legais apreenderam 136 carabinas, muita munição e 230 cavalos arreitados e ainda fizeram 120 prisioneiros. Em Santana do Paraíba, grupos azeredistas comandados pelo ex-capitão Sampaio, foram derrotados pelas tropas chefiadas pelo delegado Major Luiz Antônio Fernandes da Silva.

Devido à alarmante situação, em fevereiro de 1917, o Estado sofreu intervenção federal. É nomeado interventor o Sr. Camilo Soares de Moura. Mas, a violência não para. O fato de "mera coincidência" e marcante na história política mato-grossense, nesse período, ocorreu durante o mês de março daquele ano: chega a Mato Grosso o Senador Azeredo, do Partido Republicano Conservador, e nesse mês é assassinado o Coronel Nicanor Gratidiano Dorileo, membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Matogrossense. Assassinado em uma tocaia, num lugar denominado Barreirinho, quando este regressava da sua fazenda, Curralinho, distante quatro léguas da Capital. Se o Senador Azeredo foi o mandante ostensivo do atentado não se teve prova. Mas, foi considerado como o responsável moral, visto que a própria situação que caminhava a política estadual teria como resposta fatos daquela natureza.

Outro fato negativo é o da tentativa de mudança da Capital, apoiada pelo grupo azeredista. É fora de dúvida que o plano de deslocar a Capital de Mato Grosso, de Cuiabá para uma das localidades do Sul (Corumbá) do Estado, obedecia exclusivamente a propósito partidário de se manter a hegemonia política, a custa mesmo de qualquer sacrifício. A mudança do centro diretor traria como consequência o deslocamento do eixo da política estadual. A preponderância caberia de fato à nova Capital e Cuiabá passaria ao papel de mera colaboradora eleitoral. Em resumo, a política matogrossense nesse período revelou-se para os anais históricos momentos dúbios: às vezes com uma política desprotegida de organização, até pouco violenta, em direção do terror, numa luta de senfreada, buscando o abismo da desordem.

## A CONTRIBUIÇÃO NAVAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Quem poderia imaginar ter sido a contribuição naval tão importante e definitiva para uma Capitania situada no coração da América do Sul, a milhares de quilômetros do litoral? A indagação é do historiador Carlos Francisco Moura, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, que acaba de publicar mais uma de suas interessantes pesquisas sobre a antiga Capitania de Mato Grosso, que abrangia os atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. O seu trabalho é a resposta daquela indagação surpreendente: "A Contribuição Naval à Formação Territorial do Extremo-Oeste". É o resultado de uma aprofundada pesquisa em volumosa documentação do Século XVIII, que o historiador Carlos Francisco Moura expôs, inicialmente, em comunicação apresentada à V Reunião Interinstitucional de História da Náutica e da Hidrografia, realizada no Museu Naval e Oceanográfico, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Serviço de Documentação Geral da Marinha. O citado tema, vale ressaltar, despertou grande interesse junto aos participantes daquela reunião, a nível internacional, principalmente pela sua abordagem. De princípio, estuda as canoas armadas em guerra de Cuiabá e as inovações nela introduzidas por Dom Antonio Ro-

CONCLUI NA PAGINA 16

## DE ENGANOS E DE ERRATAS

Antônio de Arruda

Há dias, conversando comigo pelo telefone, o confrade Corsíndio Monteiro da Silva teceu comentários à minha crônica publicada em um jornal de Cuiabá que ainda não me chegara às mãos. Gentilmente, ele elogiou o trabalho, mas deteve-se na expressão "escritores houveram" e perguntou-me:

- Foi intencional?

- Não, absolutamente, não foi - respondi.

Corsíndio ponderou-me que a construção poderia ter sido intencional, pois há exemplos clássicos que a abonam. Não foi o caso e naquele momento pensei tratar-se de coisa de minha datilógrafa que às vezes deturpa o que escrevo. E isso costuma passar-me despercebido, pois o pior revisor é o próprio autor. Mas, no caso, a culpa não foi da datilógrafa. Conferi o original datilografado que tenho comigo e lá estava tal qual escrevi: - "Em Portugal, escritores houve ...". Não gosto de erratas, que atraem a atenção para os erros cometidos no texto e que poderiam talvez nem ser notados. Deixo assim de lado os lapsos de revisão - meus e do jornal - que têm o corrido nestas lembranças, como por exemplo troca ou omissão de letras ou de palavras. Espero que o leitor corrija mentalmente o engano, o que é possível, exceto nos casos em que o sentido fique alterado completamente. No referido artigo sobre Academias, houve dois lapsos de pouca importância que o próprio leitor deve ter emendado: "preocupações" ao invés de "procurações" e "inédito" ao invés de "imediate". São ligeiros descuidos de revisão sem que desvirtuem a compreensão do texto.

No entanto, quanto ao "escritores houveram", quanto não aprecie as erratas, vou abrir exceção, por que me dá ensejo a algumas considerações. Como disse, não escrevi assim. Desde meus tempos do Liceu Cuiabano, aprendi com o Prof. Cesário Neto que o verbo haver, na acepção de existir, é impessoal, só se emprega na 3ª pessoa do singular. Deve-se, pois, dizer: - "Havia jovens ali"; "houve escritores" e assim por diante. Cesário Neto costumava fazer ainda duas observações. Primeiramente, o verbo haver, como sinônimo de existir, é impessoal, mas o próprio existir continua sempre como verbo pessoal. Assim: "Há flores no jardim", mas "existem flores no jardim".

Outra particularidade é que, além de impessoal, o verbo haver impessoaliza também o auxiliar que faça locução com ele. Diz-se: "Deve haver equívocos nisso". Os clássicos e alguns escritores do século passado empregavam, às vezes, o verbo haver como pessoal. Camilo Castelo Branco usou essa construção, por inadvertência, sem dúvida. Pois esse fato lhe foi arguido na polêmica que manteve com Carlos de Laet, comentada por Antônio Chediak, no livro "Carlos de Laet Polemista", em 2 volumes, publicado em 1943, e reproduzida com mais detalhes na coletânea das obras de Laet, reeditadas, em 1984, pela Fundação Casa de Rui Barbosa, sob o título "Polêmicas". A polêmica teve vários desdobramentos que vou resumir.

Ocorreu que Camilo, em seu "Cancioneiro Alegre", fez comentários jocosos a poetas portugueses e especialmente a alguns brasileiros. Entre estes últimos, Fagundes Valera sofreu dele ferina crítica, sobretudo em questões de linguagem. Entre os lapsos cometidos por Varela, Camilo salientou o relativo à sintaxe do verbo haver. Transcreveu o prefácio de uma das obras de Varela, em que este procurava justificar-se por fazer versos e dizia: - "Qual o estadista, o homem de negócios que não se sentiu alguma vez na vida poeta, que aos ouvidos de uma pálida Madalena ou Julieta, esquecendo-se dos alarmismos e da estatística, não se lembrou que haviam brisas e passarinhos, ilusões e devaneios?". Transcrito esse trecho, acrescentou Camilo, com ironia: - "E gramáti-

ca. Também seria bom lembrar-se aos ouvidos das Madalenas e Julieta, que havia regras para o verbo haver, além de brisas para refrigério da epiderme, e passarinhos para deleite dos ouvidos".

Carlos de Laet, que gostava de comprar briga, saiu em defesa de Varela, em crônica publicada na "Revista Brasileira". Começou Laet afirmando que era admirador de Camilo, mas como romancista, não como crítico, em que se mostrava parcial e injusto. Sobre os pecadilhos gramaticais, poucos serão os que estejam em condições de atirar a primeira pedra. E não podia atirá-la quem, como Camilo, também cometeu seus errinhos. E citou alguns destes, inclusive no emprego do verbo haver, em que o Mestre censurou Varela. Assim, Camilo escreveu em "Romance de um Rapaz Pobre": "Houveram coisas terríveis ..." (pág. 34). Ora, o escritor consagrado que escrevia dessa forma não podia criticar um jovem poeta que o imitava. Camilo voltou furioso, alegando que esse abominável selicismo só podia ter sido erro de revisão e a qualquer um seria fácil prever isso. Explicou que morava no Porto e o livro foi impresso em Lisboa. Não viu as provas e supõe que o tipógrafo tenha tido o benigno intuito de corrigi-lo. Mas não o censurava por isso, pois é possível que ele tenha pretendido seguir a lição de vários clássicos da língua, que deram ao verbo haver semelhante sintaxe, conforme exemplos que citou. E concluiu dizendo que de brasileiros que quisessem obsequiá-lo esperava lhe mandassem algum macaco ou pitangas, mas dispensava lições de linguagem.

Laet replicou afirmando, em síntese, que se ele de veria ter deduzido que Camilo não poderia errar, mas pensar antes em erro do tipógrafo, ou lembrar que os clássicos usavam a mesma sintaxe, por que ele, Camilo, não teve, idêntica benevolência em relação a Varela? Por que preferiu atacar o poeta, esquecendo-se das considerações que alegou depois para desculpar seu próprio deslize? Mas, já que o Mestre desejava um macaco, estava disposto a mandar-lhe um. Pedia-lhe, porém, explicar que espécie de macaco preferia - do novo ou do velho continente - isto é, um platirríneo, seu patricio, ou um cattarríneo, patricio de Camilo ... Camilo preferiu não revidar e a polêmica ficou por aí. Quanto a mim, invoco esse precedente para justificar a corrigenda que ora faço em "escritores houveram". Cabe, porém uma indagação: - Como foi possível o engano, em texto datilografado com toda limpidez?

Creio que alguém do jornal, supondo que o termo "escritores" fosse o sujeito da oração, resolveu "colaborar" comigo e mudou houve por houveram. Mas, ao invés de culpar esse alguém, culpo a mim mesmo. Observação de longa data já me fez chegar à evidência de que, quando qualquer coisa de errado acontece comigo, o culpado, de um modo ou de outro, sou eu. No caso, ao colocar a frase em ordem inversa, antepondo o objeto direto ao verbo, meu intuito foi conferir-lhe maior vigor: "Em Portugal, escritores houve ..." Se tivesse usado a ordem direta - houve escritores em Portugal - certamente o autor da emenda não a teria feito. Já contei, nestas lembranças, alguns mal-entendidos que ocorreram, oriundos de datilógrafos e tipógrafos, por ter eu burilado demasiadamente o texto. Daí concluir que no estilo, como em tudo o mais, não há nada como a simplicidade - que busco incessantemente mas que, por vezes, me escapa. De qualquer modo, fica a explicação, no caso do houveram, para que um outro Camilo - talvez com menos talento mas com igual virulência - não venha mais tarde fazer-me reparos por uma falha pela qual não fui responsável, pelo menos, diretamente.

## DOM AQUINO CORREA : PENSAMENTO RELIGIOSO

Conde de Affonso Celso

Unanimemente elegeu o Instituto Histórico para seu grêmio a D. Francisco de Aquino Correa, atual arcebispo de Cuiabá, cujo sôllo diocesano sô tido, desde a fundação - da qual, a 15 de julho próximo, se vai comemorar o centenário - dois outros ocupantes: D. José Antônio dos Reis e D. Carlos Luiz D'Amour. Cada um desses dignos antecessores de Dom Aquino Correa, também ambos sócios do Instituto, governou a diocese, hoje arqui-diocese, mato-grossense, por mais que quarenta nos, o que assâs lhe abona as condições climatológicas, mais ainda por alguns ignorantes. Sobejam títulos ao novo consócio da veneranda associação para o testemunho de apreço que ela lhe quiz dar. Embora ainda jovem, já possui S.Excia., Revma. numerosos e brilhantes atestados de capacidade, preparo e labor, como jornalista, orador sacro, poeta, estadista, que o tornam uma das sumidades do clero, não só nacional como também do Novo Mundo. Bastaria para conagrâ-lo o seu livro, em segunda edição - Terra Natal, dedicado a S. Paulo, terra das bandeiras e da liberdade, e a Mato Grosso, a maior conquista de S. Paulo. Abre o volume o discurso oficial proferido pelo autor na instalação do Centro Mato-grossense de Letras, a 7 de setembro de 1921.

Nomeado presidente de honra dessa corporação, Dom Aquino Correa, que se achava então, quasi a terminar o exercício da suprema magistratura política do seu Estado, proferiu oração magnífica, tão elegante na forma quanto erudita na substancia, cheia de nobres conceitos históricos, científicos e patrióticos. Aplaudi-lo-ia o mais exigente núcleo de letras como o aplaude e admira quem quer que lhe percorra as páginas fulgentes e deleitosas. Propôs S. Exa. Revma. para escudo de armas, ou antes, para ex-libris daquele instituto acadêmico, a legenda sagrada: Pulchritudinis studium habentes. É um fragmento do versículo 89 do capítulo 44 do Eclesiástico, em o qual se elogiam os patriarcas e horis hebreus (Laudemus viros gloriosos), de quem afirma o testo: "Homines divites in virtute, pulchritudinis studium habentes: pacificantes in domibus suis". O Padre Antônio Pereira de Figueiredo traduziu: "Eram homens ricos em virtude, só licitos do decoro, pacíficos em suas casas". Em nota explicou: "A letra de formosura. Isto é, do decoro e ornato pelo que respeita às cousas sagradas do culto divino".

Quer se acerte a interpretação do erudito traslado da Bíblia, quer a literal versão - pulchritudo por beleza, - dando a este vocábulo toda a sua esplêndida amplitude, a verdade é que o texto integral pode ser aplicado à vida, às obras, aos ideais de D. Aquino Correa, - rico em virtudes, estudioso da beleza, solícito do decoro das cousas divinas e pacificador, já na sua diocese, já no seu Estado, do qual foi benemérito presidente. No mencionado discurso ocupou-se magistralmente S. Exa. Revma. da beleza da forma literária, do estudo vernáculo, dos exemplos deixados nesse particular pelo grande Ruy Barbosa, das letras e da moral, do pessimismo e da esperança, concluindo: "Façamos uma literatura que professe cavalheirismo e a bela divisa de um dos nossos homens de letras: *litteratura*: literatura que saiba edificar a grandeza moral da Pátria, atraindo ao bem os corações zêmbos e os brancos e neiratários, como a do mada lira de Apollão. É o encanto mágico das suas melodias, mostrava os pedras da Beocia para a construção dos legendários muros de Tebas". O livro - Terra Natal - procura realizar galhardamente tão levantado programa.

A sua primeira poesia é o Hino Mato-grossense; to do o volume consiste na explicação e desenvolvimento desse hino. Celebra o braço do Estado, a sua geognose, os seus aborígenes, os bandeirantes, as monções, as lendas locais, os heróis do descobrimento e povoação: Moreira Cabral, Rodrigo César de Meneses, Rolim de Moura, Leverger, os episódios épicos de Antônio João, Retirada da Laguna, Forte de Coimbra, as regiões mais características da imensa unidade da Federação Brasileira, o que tudo merece bem traçado soneto, de métrica, linguagem e maviosidade irrepreensíveis. Noutras composições mais extensas, - como Rio das Mortes - narra, em traços impressionantes, as lutas dos emboabas com os selvagens, as terríveis e obscuras tragédias que assinalavam a conquista do sertão.

Em tudo domina o pensamento religioso, a inspiração da cruz, que "onde quer que os braços abra, faz re tornar a paz, o riso e o amor, ao passo que, quando a impiedade lhe mutila esses braços, volta a barbária e a confusão".

Ouçamos o poeta:

"Ainda em seus inhôspitos barrancos  
A heróica tribu resistiu aos brancos,  
Como uma fera ensangüentada e audaz!  
E não capitulou sinão à vista  
Da Cruz, porque só ele é que conquista,  
Abrindo os braços em sinal de paz".

Em suma: Terra Natal e outras composições de D. Aquino Corrêa provam que ele pertence à família espiritual dos Bosnet, Fenêlon, S. Francisco de Sales e Cardeal Mercier, - simultaneamente grandes artistas e exímios homens de letras".

"Jornal do Brasil", Rio, 22.6.1926, Aquineanos, I, pág. 82/86.

## CUMPRIMENTOS POR ARTIGO NO SUPLEMENTO

"Algumas Facetas de Uma Vida" artigos de autoria da jornalista Marta de Arruda, pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, e publicado no nº2 do "Suplemento Mensal do Diário Oficial do Estado", mo tivo uma emocionante manifestação por parte do Instituto Luis de Albuquerque, de Corumbá, Mato Grosso do Sul. O general Lécio Gomes de Souza, que é o administrador daquele instituto de pesquisas históricas e membro da Academia Mato-grossense de Letras, enviou o seguinte officio ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT., endereçado à jornalista Marta de Arruda: "Permita-me cumprimentá-la pela claríssima visão demonstrada em seu artigo "Algumas Facetas de Uma Vida", vindo a lume no Suplemento Mensal do Diário Oficial de Mato Grosso, enfocando a expressiva figura de Clío Proença, de maneira bastante feliz. Foram características de sua mentalidade "sui generis", opiniões expendidas por si próprio e evocadas por sua penamagistral e, que por isso mesmo nunca deixariam de existir, a acompanhã-lo impreterivelmente até os momentos

CONCLUI NA PAGINA 13

## CUIABÁ E O MITO DO ISOLAMENTO

Jesus da Silva Brandão.

Malgrado o decantado isolamento a que Cuiabá se submeteu no passado, como faz crer a maioria das obras que constituem a historiografia mato-grossense, este já mais se revelou de todo conforme numerosas indicações que apontam em contrário. O problema da distância não foi sumamente relevante numa época em que a dificuldade dos meios de transporte tornavam da mesma forma difíceis entre si o resumido quadro urbano brasileiro, esparsos na vastidão do seu território. O desassombro dos primeiros exploradores em percorrer longos trechos, frequentemente documentado na saça das entradas e bandeiras, minimizam a idéia de isolamento pelas distâncias, sobretudo em áreas bem servidas de rios navegáveis como em nosso caso. Raposo Tavares, partindo de São Paulo em 1647, cruzou os Andes no caminho para o Peru e retornou depois de percorrer 3.000 léguas. Os missionários jesuítas do Paraguai se comunicavam com os do Pará através de um longo caminho fluvial e terrestre: "Subiam o Paraguai acima até a foz do São Lourenço; por este acima até a foz do Itiquira, por este à serra; subiam por terra e com marcha de 15 léguas ganhavam as águas do Amazonas por intermédio do rio das Garças, e por ele abaixo até o Araguaia, e por este ao Tocantins e ao Pará". (in "O Selvaçom" de Couto de Magalhães). Alcir Lenharo refuta a tese do isolamento chamando-a de mito em sua monografia "Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização" (edição NDIHR/FUFMT) atribuindo-o à constituição de um ideal aristocrático localista, alimentado por uma historiografia de teor semelhante, seduzida pela prática laudatória das camadas dominantes. Quanto mais aparecem determinadas nuances de isolamento, maiores atribuições de tenacidade, heroísmo e virtudes afins têm sido associadas aos representantes do poder local.

A primeira indicação que temos diz respeito à transmutação da sede governativa da Capitania de São Paulo, a qual Mato Grosso se achava ligada, para Cuiabá em 1726, com a vinda do governador, Capitão General D. Rodrigo César de Menezes, acompanhado de numerosa comitiva em que somavam 3.000 pessoas, aqui permanecendo pelo tempo de um ano e meio. As minas de Cuiabá tornaram-se bastante conhecidas no Centro-Sul da colônia e na própria metrópole, conforme comprova a numerosa correspondência mantida entre si. (Ver "Negócios Coloniais", Luís Lisanti). Cuiabá constituiu na época um importante centro do Brasil Colônia. A criação da sua prelazia em 6/12/1745 pela bula *Candor Lucis Aeternae*, do papa Benedito XIV, com a nomeação do respectivo titular D. José Nicolau Coutinho Gentil, Bispo de Zoara, sem que contudo fosse preenchido o cargo naquela ocasião, o que só ocorreu em 1808 com D. Luiz de Castro Pereira, é um indicio significativo dessa importância. A vinda a Cuiabá em 1847 de dois prelados paraquaios para aqui serem sagrados bispos pelo nosso diocesano é outro fato revelador. Os acontecimentos de magna importância, de quem e além mar sempre foram acompanhados com grande interesse em Cuiabá. Para a reconstrução de Lisboa arrasada pelo terremoto de 1751, contribuiu através dos seus engenhos na constituição do monte de 60.000 cruzados com que a Capitania socorreu a metrópole. A morte da rainha D. Maria foi solenemente comemorada com exéquias na igreja matriz de Cuiabá após a qual os participantes saíram em comitiva a "quebrar os selos e escudos reais".

Na formação da Marinha de Guerra Brasileira em 1825, para a compra dos primeiros navios através de contribuição popular, participou com vultuosos donativos principalmente sob a forma de soldos atrasados de funcionários e militares ou créditos vencidos da dívida pública (documentos avulsos arquivo NDIHR/FUFMT). Por um serviço regular de Correios mantinha comunicações 3 vezes por mês com a Corte, Goiás, Minas Gerais e São Paulo em 1848, com os demais núcleos urbanos da província e ainda com Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. O período "post" guerra do Paraguai até as duas décadas do século seguinte apresenta um expressivo intercâmbio com a região do Prata e alguns países da Europa com os quais se ligava direta e indiretamente através das empresas de navegação que duas vezes por mês realizavam o circuito Cuiabá/Montevideu, portos in-

termediários, e o Rio de Janeiro.

A abertura do corredor fluvial do Prata, via navegação, colocou Mato Grosso em contato direto com os grandes centros do Brasil e do mundo, dos quais recebia mercadorias em grandes quantidades a ponto de reexportá-las para outras regiões do país e da Bolívia. Em 1894 o governo da República chegou a criar uma Mesa de Rendas Alfandegada em Cuiabá tendo em vista o volume do comércio que realizava com o exterior. Esta, entretanto, não chegou a ser instalada devido ao conturbado panorama político da época. A criação de uma Zona Franca em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai, como forma de compensá-lo dos prejuízos que sofrera com a invasão arrasante, abriu os portos mato-grossenses para o comércio internacional. A total isenção dos impostos de importação e exportação até 1879 e as tarifas privilegiadas que se estenderam a princípios do século seguinte determinaram uma febre de consumo em que se incluíam produtos finos e sofisticados. Nas guias de importação expedidas pela Alfandega de Corumbá (arquivo NDIHR/FUFMT) constam dentre outros: peixes em conserva, lagostas, mariscos e outras; salame, presunto e paio; pagas, figos, avelãs e amendoas; vinho do Porto, champagne, whisky, absinto, aniz, Kirsch e até água mineral de Vichy. Planos do tipo armário ou meia cauda foram introduzidos em grande quantidade para a época, a ponto de Cuiabá contar com um número que estimamos superior a 200 em 1945, quando a sua população não ultrapassava os 20 mil habitantes. Mantinha ativa correspondência com o exterior, conforme anuncia pelos jornais da época Antonio Antunes Galvão Sobrinho e Sebastião Ribeiro Galvão, por terem encetado correspondência comercial direta com a Europa. Generoso Ponce, político e alto comerciante, em correspondência datada de 24/4/1882 em certo trecho assim se expressa: "... aqui estou entre as grades do meu escritório a conversar agora contigo depois de ter palestrado muito com os orientais, argentinos, franceses, bifes, finalmente com os conspícuos heróis do grande mundo comercial..." (in "Generoso Ponce um Chefe, Ponce Filho, pg. 348).

As mais recentes manifestações do progresso técnico abordaram Cuiabá com pequeno intervalo de tempo em relação aos centros mais avançados do litoral. A navegação a vapor introduzida no Brasil na década de 1840 e que só aparece organizada sob a forma de empresas em 1856 aqui surgiu em 1859. A iluminação a gás acetileno em 1873, o telégrafo em 1890 e no ano seguinte o transporte urbano por bondes. Vê-se que as inovações tecnológicas atingem Cuiabá com uma diferença média de 10 anos, relativamente curta, ressalvadas as devidas proporções para a época. A revolução de 1906 em Cuiabá foi noticiada com grande destaque pela imprensa portuguesa. O "Diário de Notícias" e "O Século", importantes jornais lisboetas, trazem com apenas uma semana de decorridos, os últimos sucessos daquele movimento, em notícias de primeira página ilustradas com "fac-símiles" das fotografias dos principais envolvidos e vistas de Cuiabá. Também os jornais da Capital da República deram farta divulgação aos acontecimentos.

Cuiabá no passado foi também conhecida como cidade de culta, conceito de que gozava na Capital Federal, graças aos esforçados matogrossenses que aqui iniciaram seus estudos e depois ocuparam cargos de projeção nacional. Joaquim Murinho, como Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales, ganhou fama de notável financista; Manoel Murinho, seu irmão, foi ministro do Supremo Tribunal Federal. Dom Aquino Corrêa foi membro da Academia Brasileira de Letras, o marechal Cândido Rondon era conhecido internacionalmente como desbravador dos sertões e geógrafo de nomeado. O marechal Eurico Gaspar Dutra foi Ministro da Guerra e presidente da República. Antonio Azeredo e Filinto Muller foram ambos vice-presidente do Senado. No início do século, Cuiabá contava com seis jornais e um modelar estabelecimento gráfico, Casa Avelino de Siqueira, que funcionava também como editora, chegando a imprimir diversas obras de escritores mato-grossenses.

## A REPRODUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NAS MINAS DE CUIABÁ

Elizabeth Madureira Siqueira

No período em que floresceram as minas na região de Cuiabá, governava a Capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses, o qual sucedeu a D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, Rodrigo César foi nomeado a 5 de abril de 1721, tomando posse do cargo a 6 de setembro do mesmo ano, e segundo Washington Luís o referido governador pertencia a uma das mais nobres famílias de Portugal: "Pelo seu nascimento o novo governador era fidalgo de linhagem e pertencia a uma das mais nobres famílias de Portugal. A varonia de sua casa era Cesar, e procedia de Pedro Pires Cesar, cidadão de Leiria, que já andava nomeado no foral que D. Sancho I deu a essa cidade em 13 de abril de 1195. Seus antepassados concorreram e participaram das glórias de Portugal, praticando façanhas em Asia e África, onde se illustraram".

Rodrigo César representava em São Paulo o poder absolutista português e a ele coube administrar uma Capitania potencialmente rica, pois o ouro das Gerais já havia sido descoberto e o de Mato Grosso o havia recentemente assegurando para a Fazenda Real o maior rendimento possível. Para tanto, intencionava o referido governador passar às minas de Cuiabá, com a finalidade de verificar "in loco" a situação real, seja das jazidas, seja da forma como estavam sendo arrecadados os "quintos" pertencentes à coroa portuguesa, seja com a tarefa primordial de, essencialmente, implantar a máquina administrativa fiscal, necessária ao bom desempenho político e econômico da região.

Em correspondência com seu primo Luís Saldanha de Albuquerque, governador da capitania do Rio de Janeiro, testemunha o governador paulista, desde 1721, sua intenção de ir até as minas cuiabanas; no entretanto, um fator obstaculava sua ida, somente ocorrida em 1726, qual seja a necessidade de dizimar qualquer tipo de poder local na região mineira, ou conseguir, politicamente, a adesão dos "poderosos" regionais à sua causa e intenção. Este poder local nas minas de Cuiabá era representado pelos irmãos João e Lourenço Leme, os quais foram perseguidos e posteriormente mortos a mando de Rodrigo César, não deixando o mesmo de ter, anteriormente aos crimes, tentado aliciar um deles para o seu lado.

Na documentação relativa à correspondência de Rodrigo César encontramos relatos importantíssimos e descrições minuciosas os quais nos permite reconstruir o fato, levando-se em consideração a parcialidade da documentação, elas nos permite reconhecer o temor que nutria o governador daqueles a quem denominava de "régulos" Lemes. Este temor advinha ao perigo e ameaça que os mesmos constituíam, frente à necessidade do governador de se impor enquanto representante do poder central. Por outro lado, um forte poder nas regiões auríferas de Cuiabá poderia provocar, frente às imposições fiscais e aos desmandos e nomeações aleatórias à realidade regional, um perigo de insurreição comandada por essa força local.

Na bibliografia pesquisada a maioria dos autores se refere aos irmãos Leme como marginais, violentos e desrespeitosos, porém não passam da acusação para o concreto. Washington Luís cita no capítulo 49 algumas passagens sugestivas as quais servem para melhor elucidar essa linha de interpretação: "Valorosos e atrevidos, eram os primeiros a se atirarem às passagens mais arriscadas; generosos até a prodigalidade; caprichosos e auctoritários, desdenhavam as vontades acima das suas, não conheciam as que estavam abaixo; despóticos, decidiam as questões ao estrondo das armas; vingativos até ao requinte da cruel

dade, deveriam ser odiados, mas eram temidos e respeitados". Na realidade, nos primórdios da mineração em Cuiabá, com governo insipiente, os Lemes conseguiram se impor pela liderança que exerciam. A nomeação de Fernão Dias Falcão para o posto de Cabo maior, se fez em detrimento do apoio dos Lemes e "por ventura, os novos eleitos tiveram velleidades e independência, porque, mais tarde, elles hão de empenhar-se, fazer questão capital da demissão de Fernão Dias Falcão, o cabo maior regente, eleito por influencia sua".

De fato, a nomeação do tenente coronel João Antunes Maciel ao posto de Superintendente Geral das Minas e de Fernão Dias Falcão como capitão-mor regente, foi uma surpresa para o descobridor das minas, Pascoal Moreira Cabral, o qual havia solicitado ao Rei D. João V, em carta de 15 de julho de 1722, a confirmação de seu posto de Guarda-mor das minas e a nomeação para o posto de capitão-mor regente, e até então, não obtivera resposta. Ao monarca português tornou difícil emitir um parecer, sem antes consultar o governador Rodrigo César de Meneses, o que se fez através de uma provisão. A resposta do governador paulista foi desfavorável à nomeação de Pascoal Moreira: "... e pello que respeita ao posto que pede de Capitão mor Regente se lhe não deve de sorrir assim pela idade com' seacha, como pella pouca disposição e actividade, que tem p.<sup>a</sup> semelhante incumbencia".

A carta de Pascoal Moreira é datada de 13 de agosto de 1724 e a nomeação de João Antunes e Fernão Dias Falcão ocorreu a 23 de junho de 1724, concluindo-se que a escolha dos representantes do poder, a nível regional, já havia sido negociada, sob, naturalmente, a influência dos "régulos", aos quais Rodrigo César denomina de feras: "... Em o novo descobrimento das minas do Cuyabá assistião dois homes irmãos, ou p.<sup>a</sup> melhor dizer duas feras, que assim o merecem as tiranias de que uzavão e porq' se fazia preciso atalhalas applicando lhe o remedio conveniente, o qual fazia dificultozo aquella distancia ...". Rodrigo César resolve, inicialmente, convidar um dos dois irmãos a assumir o posto de Provedor dos Quintos das minas de Cuiabá, o que pode parecer contraditório, porém para conseguir se afirmar enquanto poder, o referido governador utilizou esta estratégia para o fortalecimento deste mesmo poder. Ainda em carta o governador deixa clara essa política intenção: "Passados alguns dias, procurando pesoa capás da incumbencia dacobrança dos quintos naquellas Minas enq.<sup>to</sup> eu nellas não passava, assentarão todos os q' acima nomeio ser mui conveniente prover por hora aquella occupação em hum dos dous Irmãos, assim por ser mais capás de deter reforma como porq' o seu Respeito facilitaria melhor a cobrança e attendendo aq' me Representarão, pornão acharlhe outro Remedio lhe mandey passar' aprovizão ...". Essa atitude de Rodrigo César, tomada em conjunto com a Câmara de São Paulo, deixa claro o temor que os mesmos nutriam em desagradar aos Lemes, assim como justificavam os meios para atingir o fim necessário, qual seja a afirmação do poder luso, garantindo o aumento das rendas da Coroa.

A maioria dos autores se refere a esse episódio argumentando que os Lemes não aceitaram os cargos oferecidos. Na realidade foi oferecido apenas um cargo, o de provedor dos quintos das minas de Cuiabá. Ao tomar conhecimento da proposta, através de provisão, os Lemes solicitaram que se concedesse também o de Mestre de Campo Regente. Dessa forma ficariam de posse de dois cargos de

fundamental importância. A Câmara e o governador não aceitaram conceder a segunda nomeação, tomando o gesto dos Lemes como insolência. Na realidade a proposta dos "régulos" era a contrapartida da oferta do governador ou seja, seria assegurado aos dois irmãos a legitimidade dos dois postos ou então não poderia haver negociação. Um trecho da documentação deixa claro este particular: "... e remetendo lhe (provisão) ao conselho omalevo do seu coração, tão mal que me respondeu com tal desatenção, como a de mandarme dizer q' lhe não ficava lugar p.<sup>a</sup> asseitar o provimento senão acomodasse a seu Irmão enoposto de Mestre de Campo Regente, eq' me ficasse embora, pois elles se embarcavão p.<sup>a</sup> seguir asua viagem cuja resolução e insolençia me dispertarão p.<sup>a</sup> logo dar lhes o castigo q' merecião ...".

Inicia-se então, por parte do poder instituído, uma violenta e sangrenta perseguição aos Lemes, a qual culminou, após vários meses na prisão e posterior morte, não só dos régulos, mas de toda escravaria negra e indígena que os acompanhava. Para que Rodrigo César de Meneses pudesse passar às minas de Cuiabá, necessário se fazia extinguir o poder local. O episódio da perseguição e morte dos irmãos Leme deu ao governador, condições de se impor à vista dos paulistas, os quais, segundo ele dizia, viviam com muita "soltura", isto é, liberdade, a qual não era vista em nenhum outro povo da colônia. A partir daí a correspondência do governador é toda elogiosa aos paulistas, pela bravura em entrar pelos sertões, chegando do mesmo a dizer que: "... não são sô serem obedientes as Justças, mas estarem prontos, p.<sup>a</sup> tudo aquilo que lhes encarege do Real Serviço de V. Mag.<sup>e</sup>. Em menção tem custado tam pouco fazerlhes conservar aquella constancia necessária p.<sup>a</sup> haverem decontinuar nas diligencias, dos descubrimentos, que são estes homens nacerão p.<sup>a</sup> semelhante impreza".

Após ter consumido definitivamente com o poder dos Lemes e inculcado respeito aos paulistas é que Rodrigo César conseguiria, com tranquilidade, passar às minas de Cuiabá, o que veio a realizar em 1726. As intenções do governador frente às minas cuiabanas eram eminentemente voltadas para a instauração do aparato jurídico, político e fazendário. Antes de sua partida para as minas de Cuiabá recebera Rodrigo Cesar ordem régia determinando o ouvidor que o acompanharia às minas. Antônio Alves Lanhas Peixoto. Com sua chegada à região cuiabana foram imediatamente criados os postos de provedor da fazenda real, mantendo-se ainda os de provedor dos quintos e do Registro e entradas. Em abril de 1728 procedeu-se oficialmente à primeira lotação dos oficiais de justiça e fazenda.

Seria interessante fazer um retrospecto da cobrança de impostos, antes e depois da chegada de Rodrigo César às minas de Cuiabá, para que se possa tecer reflexões a respeito do real objetivo de sua vinda à região, qual seja a implantação do aparato fiscal, jurídico e político, reproduzindo e incorporando a região ao sistema.

ANO	QUANTIDADE DE OURO
1720	3 oitavas e três quartos: amostras de ouro
1721	150 oitavas: amostras de ouro
1723	4 arrobas de ouro: primeiros tributos arrecadados
1724	3.805 oitavas
1725	8.953 oitavas
1726	16.727 oitavas, sendo 5.665 oitavas referentes ao Registro
1727	35.210 oitavas
1728	14.263 oitavas relativas ao Registro, sendo que o ouro retirado das minas foi levado para

São Paulo para ser quintado na Casa de Fundição.

Pela tabela acima verifica-se que de 1720 a 1725 a arrecadação tributária foi diminuída em comparação aos anos de 1726 e 1727, apesar de que, nos dois anos anteriores tivessem as minas o seu apogeu, sendo que em 1727 já se verificava sinais visíveis de decadência da produção aurífera. No entanto, a arrecadação da real fazenda aumentou nos três últimos anos, fator este explicável pela chegada do governador e a regulamentação incisiva na cobrança dos tributos. Com ele ocorreu, através da implantação de um opressor sistema fiscal, um aumento substancial das taxas tributárias. Para melhor explicitar este particular segue tabela relativa à cobrança dos impostos.

ANO	FORMA DE COBRANÇA	
1720 a 1722	Não havia se estabelecido uma forma padrão para a arrecadação dos impostos	
1723	2 oitavas e meia por pessoa que minerasse ou exercesse qualquer ofício, fosse ela branca, negra ou índia	
1724	cada pessoa	6 oitavas
	cada escravo negro ou índia	3 oitavas
	carga de seco e molhado	2 oitavas
	venda ou loja	11 oitavas
	oficial de qualquer ofício	11 oitavas
	traficante sem loja	6 oitavas
	entrada de negro pela 1. <sup>a</sup> vez	2 oitavas
1725	cada batéia	6 oitavas
	oficial de qualquer ofício	14 oitavas
	venda ou loja	32 oitavas
1727	cada cabeça de gado	3 oitavas
	cada cavalgadura em pelo	3 oitavas
	(estes dois impostos eram pagos no Registro)	
	casa de truque de taco	128 oitavas
	cada forno	28 oitavas
	cada oficial	28 oitavas
	loja ou venda	58 oitavas
	carga de seco ou molhado	64 oitavas
1728	cada batéia	7 oitavas
	(o restante como no ano anterior)	

Como se pode observar os impostos que, desde 1723 até 1727 eram cobrados pelo sistema de captação, sofreram uma taxa substancial a partir de 1726, data da chegada do governador paulista às minas de Cuiabá. A partir de 1728 suspendeu-se a cobrança de impostos pelo sistema de captação, sendo implantado o sistema de quintação, o que era feito junto à Casa de Fundição de São Paulo, sede da capitania. Desta maneira, o ouro arrecadado nas minas deveria ser enviado à capital com a finalidade de ser quintado. O período em que esteve nas minas de Cuiabá, o governador Rodrigo César de Meneses é marcado por uma grande evasão populacional para os sertões dos Parecis, em busca de índios, cu para Goiás; essa evasão é justificada pelo agravamento da forma que foram arrecadados os impostos, tarefa a que havia se proposto o governador paulista. Por outro lado, a produção aurífera das minas cuiabanas já demonstravam evidentes sinais de decadência e com a pressão fiscalista, ocorreu um acúmulo para a futura evasão.

## IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA

Maria Luiza Canavarros Palma.

A partir de uma exposição feita por Marta Suplicy (psicóloga), cujo assunto era "Emancipação da Mulher", colocamos estas nossas idéias, procurando completar as dela. Discorria Suplicy, naquela oportunidade, sobre as etapas pelas quais passa a mulher brasileira no processo de conquista de seu espaço. O carinho para essa libertação era, pela sua exposição, através do sexo e do trabalho. Aludia Suplicy ao fato de que, há algum tempo, as revistas femininas terem como tônica as "receitas" de como fazer torta de abacaxi, como prender seus maridos, etc. Hoje, a receita de revistas como Nova, por exemplo, é sobre o dever de a mulher alcançar o orgasmo, como chegar a isso. Pois bem, Suplicy mostra nenhuma mudança ocorrida nas padronizações dessas receitas no que diz respeito a sexo.

Associamos seu comentário sobre a pseudos conquista no campo sexual, com o que ocorre no campo do trabalho. Há alguns anos, as mulheres (de classe média) deveriam ficar em casa, deveriam cuidar dos filhos e, principalmente, deveriam pajear o marido. Trabalhar significava romper com os valores da estrutura familiar dada. Hoje, a receita é semelhante, embora oposta. As mulheres devem sair, devem trabalhar fora, devem buscar seu sustento, para sua emancipação. Ora, o que está por debaixo do pano desses dois momentos históricos? A idéia de dever, de cumprir os passos dados, de fazer o que seu mestre manda está presente sempre. Está sempre marcada a presença de um sujeito-mandante. Tanto no passado como hoje a imagem do sujeito é encarnada na figura do marido - antes não consentiam a participação, hoje, "bonzinhos", já começam a aderir. Mas também os maridos, nesta cena, entram de atravessado, pois a verdade não é bem essa. O sujeito mandante situa-se no nível social e os próprios maridos, assim, são peças desse sistema. Esse sujeito-mandante se apresenta ao mesmo tempo em que se oculta. Daí a dificuldade no processo de descoberta, dificuldade essa necessária. E a conquista desse "consentimento" é tida como uma conquista das mulheres, do movimento feminista. Mas será mesmo isso?

Temos ouvido, frequentemente, de "antigas" donas-de-casa, afirmações tais como:

"...meu marido me deixou trabalhar só agora..."

P.L.

"...ele montou uma boutique pra mim..." C.C.

"...agora tenho meu dinheiro... não devo nada a ele..." I.C.

"...antes eu era burra, só trabalhava dentro de casa..." O.S.

Estas declarações revelam conflitos sérios. E é neles que pretendemos nos instalar. Ao mesmo tempo que essas ex-donas-de-casa se dizem satisfeitas por trabalhar fora, dizem também que os maridos é que acabaram permitindo tal atividade. E por que eles consentiram? Por bondade? Por entenderem que a mulher encontra-se numa nova fase? Que já não é possível a mulher ser tão estigmatizada assim? Ou será que hoje está havendo necessidade de a mulher "contribuir financeiramente" na casa? Que o salário do marido não basta? Que ela, como mão-de-obra disponível, precisou ser utilizada? Esta segunda face da moeda muito raramente vem à tona, quando se trata de classe média. Conquista feminina ou ideologia? Mais uma na cabeça das mulheres? O que mudou, realmente, na condição da mulher?

Essas declarações femininas e muitas outras de vem ser analisadas não apenas na sua superficialidade, não só naquilo da linguagem que foi dito, mas também no não dito, naquilo que se deixou de dizer pelo dito. A filosofia não clássica nos dá contribuição nesse sentido. Trata-se da natureza do saber ou do conhecimento. Se concebermos o saber como algo produzido socialmente e levarmos em conta as condições de produção desse saber, compreenderemos melhor o valor atribuído ao saber da dona-de-casa e tudo que se encontra por trás dos bastidores com respeito a ele. Experiência de vida diferentes, valores diferentes, crenças diferentes produzem saberes diferentes. Assim, não há um saber universal, único; há saberes, múltiplos, diversos. O saber da dona-de-casa constitui um tipo de saber, do cientista outro, do homem rural outro, do artista outro, do técnico outro. O que faz com que um desses saberes seja "melhor" que outro? Se buscarmos o critério dentro do próprio saber, a resposta é: NADA! Mas a resposta está no social, na organização social. Há organizações que privilegiam saberes ou até elegem um tipo de saber como o universal ou o melhor. No ocidente, parece-nos que o saber científico ocupa esse lugar. E o saber técnico advém dele, do saber sobre o mundo burocrático, o mundo hierarquizado.

Aqui, um elo com o que Marilena Chauí diz, quando caracteriza o discurso competente, deve ser feito. Diz ela:

"O discurso competente é o discurso institucionalizado. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizadas segundo os cânones da esfera de sua própria competência".

O discurso competente, para existir, deve pressupor a existência do discurso incompetente. A relação aqui é necessária. Isto está muito próximo do saber da dona-de-casa.

E o saber da dona-de-casa é representado como o incompetente. De que trata ele? Da educação da criança, do preparo de alimentação, das preferências do marido, do ajeitamento da casa, etc. Este é o exemplo prototípico; podem ocorrer outros saberes aí mesmo. Isto tudo, numa organização social onde o tecnológico e o burocrático ditam as regras do jogo, a boa cortada não poderia, como era de se esperar, ser dada pela dona-de-casa. Assim quando a dona-de-casa afirma que "deixou de ser burra", agora, porque trabalha "fora" há duas implicações que de vem vir à tona:

- 1) considera ela (como todo o contexto) seu saber lixo, acreditando essa nulidade fazer parte do próprio saber; o que não é verdade. Isso está associado à or

CONCLUI NA PAGINA 12

## ANTONIO PIRES DE CAMPOS, O DESCOBRIDOR DE CUIABÁ

Pedro Rocha Jucá.

Tres nomes de bandeirantes se destacaram na História de Mato Grosso: Antonio Pires de Campos, o descobridor de Cuiabá; Paschoal Moreira Cabral, o fundador de Cuiabá; e Miquel Sutil de Oliveira, o descobridor das Minas de Cuiabá, que ficaram conhecidas como Lavras de Sutil. Por razões ainda não devidamente esclarecidas, Antonio Pires de Campos continua sendo o grande esquecido de todos eles. Nada há na Capital mato-grossense em sua homenagem, em sua memória, como se houvesse uma expressão de simplesmente ignorá-lo. Isto não é justo, mas ainda há tempo de reconhecer, mesmo com atraso, a importância de Antonio Pires de Campos, o bandeirante que garantiu a ocupação desta parte do território nacional. É verdade que este não era o seu principal objetivo, pois ele buscava as fabulosas minas da Serra dos Martírios. Mesmo assim, ninguém tem o direito de tirar o mérito de descobridor de Cuiabá. O primeiro cronista cuiabano, Joseph Barboza de Sá, em "Relação das Provoações do Cuyabá e Mato Grosso De Seus Principios e The os Presentes Tempos", afirma textualmente:

"Foi o primeiro que subiu este rio (refere-se ao Rio Cuiabá) Antonio Pires de Campos em procura do gentio coxiponê chegando a uma aldeia deles, onde é hoje a Capela de São Gonçalo; aí prendeu muitos e voltou para baixo em procura das mais frotas que andavam por essas largas e dilatadas baías, em procura das mais nações".

Estas anotações de Joseph Barboza de Sá foram posteriormente incorporadas às "Cronicas do Cuiabá", organizadas por Joaquim da Costa Siqueira, que confessou ter copiado os registros do primeiro cronista cuiabano até o ano de 1765, ao cumprir determinação do governo português, datada de 20 de julho de 1782, sobre o histórico das vilas da corôa. O vereador cuiabano Joaquim da Costa Siqueira, contudo, aperfeiçoou o texto anterior, da seguinte maneira:

"Destes, o primeiro que subiu o Rio Cuiabá foi Antonio Pires de Campos em procura do gentio Coxiponê; chegou a uma aldeia deles no lugar onde este ve a Capela de São Gonçalo Velho, e aí prendeu muitos e voltou para baixo em procura das mais frotas, que andavam por essas baías solicitando as mais nações".

Os dois textos correspondem a estilos, épocas e cronistas diferentes, mas não fica a menor sombra de dúvida quanto ao nome de Antonio Pires de Campos como o verdadeiro fundador de Cuiabá. A família de Antonio Pires de Campos era descendente de holandeses e portugueses; o seu tronco brasileiro foi Felipe de Campos, nascido em Lisboa, filho de Francisco Vanderburg (de Anvers, em Flandres) e de Antonia de Campos (de Lisboa). Vindo para São Paulo, em 1643, Felipe de Campos casou-se com Marçarida Bicudo, filha de Manoel Pires. A família Pires era uma das mais poderosas daquela Capitania e descendia pela linha feminina, de Piquiroby, da tribo Ururahy, da nação quayanã. Dos seus filhos, o que mais se destacou nas armas foi Manoel de Campos Bicudo, responsável por 24 entradas no sertão, indo do Planalto dos Parecís, no Nordeste de Mato Grosso, até ao Sul do Paraguai. Dos filhos de Manoel de Campos Bicudo, coube a Antonio Pires de Campos a continuidade de seus feitos nos sertões. Desde menino, acompanhando o pai, Antonio Pires de Campos estava acostumado com a vida difícil e rude das entradas e bandeiras. Era companheiro e amigo dos seus subordinados. Chegou a possuir 600 índios trabalhando na sua fazenda Itaicy e por eles era chamado de "Pae Pirã". Ao sentir a proximidade da velhice, as recordações de infância lhe afloraram na mente, principalmente quando a bandeira do seu pai se encontrou com a do velho Anhanguera, Bartholomeu Bueno. Os filhos dos dois bandeirantes, ambos com 14 anos naquela oportunidade, se dedicaram mais tarde a buscar as minas da Serra dos Martírios, que teriam sido então identificadas pelos seus pais.

Quase quarenta anos depois, Antonio Pires de Campos estava decidido a descobrir aquelas minas, o ouro do

Paraupaya. As indicações eram escassas, frutos da imaginação, resquícios da sua infância, mas nada disto iria desestimular o seu intento. Deveria subir o Rio Cuiabá, buscar ali o rumo certo (entre o Norte e o Oeste, ficando o sertão dos Bacairys à direita). A expedição foi organizada, mas Antonio Pires de Campos não revelou o seu objetivo aos membros da mesma. Em 1718, ele subiu o Rio Cuiabá e percorreu parte do Rio Coxiponê-Mirim, indo por terra até à Serra da Canastra, depois chamada de Serra de São Jerônimo porque na expedição anterior, em 1673, os bandeirantes se socorreram de São Jerônimo para se salvar de uma forte tempestade. Da mencionada serra, rumou em direção da nascente do Rio da Casca, afluente do Rio Manso, que por sua vez desemboca no Rio Cuiabá. Foi até Paranatinga, o "Mar Branco", onde estariam as minas de Paraupaya, a Serra dos Martírios. Se Antonio Pires de Campos tivesse escavado o solo de Paranatinga, ele teria encontrado diamante, mas não a sua sonhada Serra dos Martírios. Isto talvez provocasse uma mudança nos rumos da História de Mato Grosso, mas o destino fez questão de apenas alimentar a fantasia que dominava a imaginação do grande bandeirante.

Em "Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso - Principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro, Philippe José Nogueira Coelho oferece novos registros a respeito de Antonio Pires de Campos. Licenciado em Direito, Philippe José Nogueira Coelho foi empossado no dia 17 de fevereiro de 1776, em Vila Bela, no cargo de procurador da Fazenda Real, onde se destacou como um dos mais eficientes auxiliares do capitão-general Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Nas suas memórias cronológicas sobre a Capitania de Mato Grosso ele se estende até o ano de 1780. Além dos registros de Joseph Barboza de Sá, ele buscou valiosas informações nos arquivos da Provedoria e Intendência e Ouvidoria de Mato Grosso, chegando aos seguintes dados:

"Corria o ano de 1718 quando teve principio o descobrimento desta Capitania de Mato Grosso pela parte da Vila do Cuiabá, sendo governador o capitão-general da Capitania de São Paulo e terras das Minas (em que se compreendiam os vastos sertões de que depois se formaram as Capitânicas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, que fez o regimento das Provedorias da Fazenda Real (que ainda se observa nesta), e que depois foi vice-rei da Índia, o primeiro marquês de Alorna. A Antonio Pires de Campos se deve este descobrimento, porque vindo no sobredito ano com alguns companheiros pelos rios e sertões daquela Capitania (de que eram naturais) em conquista do índio gentio, que reduzia à escravidão bem contra as pias intenções da Lei de 10 de setembro de 1611; foram eles os primeiros sertanistas (nome que lhes grangeou o seu destino) que subiram pelo Rio Cuiabá (rio que nasce no lago ou pântano chamado Perizal), e conquistaram o índio Coxiponê, e que acharam em uma aldeia em que depois se fundou a Capela de São Gonçalo e arratal".

Não encontrando a Serra dos Martírios, Antonio Pires de Campos buscou novo caminho, no rumo de Goiás, descendo o Rio Cuiabá. Na região denominada Aterrado do Bananal, Antonio Pires de Campos estava acampado, para cultivar as roças necessárias para o reabastecimento da expedição, quando encontrou em 1719 com a bandeira de Paschoal Moreira Cabral, que vinha subindo o rio. O descobridor transmitiu ao futuro fundador as necessárias informações e seguiu o seu destino, jamais encontrando a Serra dos Martírios, talvez uma mina de ilusões.

# SUPLEMENTO MENSAL: CAPACIDADE DE CRIAÇÃO

Para o professor Frederico Augusto Muller, Sub-Reitor de Planejamento, da Universidade Federal de Mato Grosso, a iniciativa de se publicar o "Suplemento Mensal do Diário Oficial do Estado", em convênio com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, é uma demonstração de "capacidade de criação e realização". Ao agradecer a remessa do primeiro número, o Sub-Reitor de Planejamento da UFMT enviou a seguinte correspondência, em manuscrito, ao Professor Alfredo da Mota Menezes, Coordenador do NDIHR: Na oportunidade quero parabenizá-lo por esta iniciativa que demonstra sua capacidade de criação e realização. Se mais alguns tivessem esta preocupação e envolvimento com a causa universitária e comunitária, as coisas, independentemente dos óbices naturais, já seriam bem melhores. Meus votos para que continue sua trilha, colhendo os frutos". Por sua vez, a professora Laura Maria Furtado Abreu, Sub-Reitora Acadêmica da UFMT, também enviou os seus cumprimentos pela publicação do "Suplemento Mensal" do Diário Oficial do Estado: "Recebemos, com muita satisfação, o Suplemento Mensal do Diário Oficial com publicações do órgão dirigido por Vossa Senhoria. Queremos, na oportunidade, cumprimentá-lo e a toda equipe não só pelos artigos ali publicados mas, sobre tudo, pela originalidade da idéia. Esperando que a idéia se frutifique e se propague, subscrevemo-nos".

## OUTRAS MENSAGENS.

Entre as diversas mensagens encaminhadas ao Núcleo

de Documentação e Informação Histórica Regional, pela edição do "Suplemento Mensal", uma delas veio do Instituto de Ensino Superior de Cáceres. A diretora do IESC, professora Olga Maria Castrillon Mendes Araújo, afirmou textualmente: "A perspectiva de publicações periódicas a respeito de Mato Grosso, constitui iniciativa de alto valor para o estudo da nossa terra e da nossa gente. Parabenizamos os idealizadores e os que tiveram coragem de levar avante um projeto dessa natureza. Queremos crer que tudo isso é essencial para a cultura de nossa região, construindo edição por edição a nossa história. O nosso instituto, através do seu Departamento de Letras, servirá de órgão multiplicador e espera, modestamente, poder colaborar no que for possível. Com os nossos cumprimentos pela iniciativa, apresentamos protestos de elevado apreço e distinta consideração". O pesquisador Carlos Francisco Moura, autor de vários livros sobre a História de Mato Grosso, também enviou os seus cumprimentos, nos seguintes termos: "Cumprimentos e felicitações pela publicação pelo NDIHR do Suplemento Mensal ao Diário Oficial. Parabéns pela engenhosa solução e cumprimentos articulistas materiais muito interesse". Uma dessas mensagens veio de fora da área acadêmica: "A Diretoria da Associação Mato-grossense dos Municípios cumprimenta esse Núcleo pela feliz idéia convenio IOMAT divulgação fatos e História de Mato Grosso. Geraldo Ferreira Gomes, Diretor-Superintendente".

## IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA.

ganização social, como já enfatizamos;

2) desconhece ela as implicações ideológicas que perpassa sua cabeça social, acreditando que, para se emancipar, deve unicamente trabalhar fora e ser remunerada.

Será que as coisas se passam dessa forma? Será que as mulheres que trabalham fora se emancipam porque trabalham? Talvez o trabalhar fora, consciente de todas as tramas e os dramas que envolvem a necessidade deste trabalhar, seja mesmo uma das possíveis vias para essa emancipação. Talvez, também, as tramas e os dramas que envolvem a necessidade deste trabalhar, seja uma das possíveis vias para essa emancipação. Então, o problema maior não se encontra no fato de trabalhar fora ou não. O problema está no saber que o seu saber é um dos saberes possíveis. Diferente de outros, mas só hierarquizado ou estigmatizado por implicações econômicas e ideológicas. O problema está no saber que sua "saída de casa" está sendo necessária, que o uso de sua mão-de-obra está-se fazendo imprescindível. Não há apenas uma conquista feminina, a ela está associada ou por trás dela está uma necessidade econômica. A mulher, portanto, está sempre cumprindo um papel social que lhe é imposto, seja este ou aquele.

O corte então é de enfiado. Há toda uma ideologia imposta para as mulheres. Há todo um processo de manipulação de cabeças por aí, rodopiando pelo contexto,

## CONCLUSÃO DA PÁGINA 10

maior. E é bom que isto tudo venha à tona. E é que essas implicações ideológicas sejam desvendadas, transformando essa ideologia num instrumento de ação deliberada sobre a atual história. E é esta preocupação, preocupação com o saber da dona-de-casa, que nos preocupa. Que nos deixa boquiabertos quando ouvimos declarações de que esse saber é lixo ou não é nada. Que devem sair de casa para serem valorizados. ... Os mais desavisados ou mais apressadinhos, poderiam interpretar estas colocações como conservadoras, como portadoras de uma ideologia que se identificaria com a mais tradicional. Nada disso. É exatamente o contrário. É evitar a queda para a forma mais moderada do conservadorismo, agora vestido de "emancipado", disfarçado talvez.

Acreditamos ser necessário dizer que a luta feminista não pode ser conseguida, usando como um dos instrumentos a saída da mulher para o trabalho fora. Mas isso não basta. É pouco demais. O simples "trabalhar fora" não a emancipa em coisa alguma. A participação mais ampla, conseguida ou buscada pela própria mulher, seria a melhor saída. E essa participação poderá existir com a "mulher fora" ou "dentro", mas nunca com ela "por fora"! É preciso que ela atue nesse sentido, conhecendo os mecanismos de coerção que a impediam e ainda a impedem de optar, de decidir por sua própria vontade, de escolher entre "ficar dentro" e/ou "ficar fora"! Este, parece-nos por não ter sido o primeiro, poderia ser o segundo momento do movimento feminista.

## UM SENHOR DE ENGENHO SIMPLES E OPEROSO

Luis-Philippe Pereira Leite, do  
Instituto Histórico e Geográfico de  
Mato Grosso.

Em Mato Grosso, na era imperial, destacam-se, per-  
sonalidades eminentes como a do Almirante Augusto Lever-  
ger, bretão que, em 1824, ofereceu os seus serviços à  
Marinha Brasileira, prestando-lhe, e ao Estado, os mais  
relevantes serviços, a ponto de o Governo Imperial lhe  
conferir o título de Barão de Melgaço, vindo a falecer  
em Cuiabá, faz um século atrás, evento agora assinala-  
do com a inauguração do seu bronze em praça pública, com  
a presença do insigne Almirante Maximiano Eduardo da  
Silva Fonseca, Ministro da Marinha, que se fez acompa-  
nhar das mais altas figuras do Almirantado brasileiro.  
Ocorre nesse 3 de outubro de 1 980, o centenário da  
morte de outro personagem ilustre. Trata-se do major  
João Carlos Pereira Leite, nascido no Engenho da Jacobi-  
na, próximo de Cáceres, antiga Vila Maria, em 4 de no-  
vembro de 1 816. Era o segundo dos 10 Pereira Leite do  
consórcio do Comandante do Destacamento de Vila Maria,  
Cel. João Pereira Leite, com a única filha de Leonardo  
Soares de Souza - um dos fundadores de Vila Maria, em 16  
de outubro de 1 778 - e de Ana Maria da Silva. Maria Jo-  
sefa de Jesus Leite, nascida em 1 801, contava pouco  
mais de 12 anos quando se consorciou com o Cel. João Pe-  
reira Leite, mas exerceu papel preponderante na direção  
do Engenho, sucedendo a seu pai Leonardo, a sua mãe Ana  
Maria, e a seu esposo João, vindo a expirar aos 87 anos,  
por ocasião da promulgação da Lei Áurea. Maria Josefa a-  
preendeu a disciplina do trabalho com sua mãe Ana Maria,  
conhecida como Nanhã Velha, mulher que impressionou o  
escrivão da Missão Científica do Barão Langsdorf, Con-  
sul da Rússia, que, em 1827, estêve no Sítio da Jacobi-  
na, fazendo Hércules Florence interessantes observações  
sobre aquela matriarca. João Carlos aproxima-se dos seus  
17 anos quando o seu pai, Cel. João Pereira Leite, fale-  
ceu aos 6 de setembro de 1833, após inestimáveis servi-  
ços ao reino e ao Império, que o galardoou com o títu-  
lo de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e com a Ordem  
de São Bento de Aviz, cujas insígnias, na dupla qualida-  
de de trineto e de Presidente do Instituto Histórico e  
Geográfico de Mato Grosso, entregou ao Museu de Cáceres  
no bi-centenário da fundação da Cidade. Embora exigente,  
João Carlos tinha coração generoso. O dever não o impe-  
dia de praticar a justiça. Com o passar dos anos, forma  
a própria personalidade, sabendo compor a dureza daque-  
le matriarcado com a própria iniciativa e a independên-  
cia na apreciação e na solução dos problemas que se lhe  
apresentavam. Muito cedo percebeu que, em virtude do  
primogênito Joaquim não ter condições físicas e intelec-  
tuais para cuidar da família numerosa, tomou a si o en-  
cargo e o faz com inexcedível desempenho. Do mano caçu-  
la, Pedro Nolasco, órfão aos 8 meses, se fez pai e o e-  
ducou com extremado carinho, até fazê-lo médico e o pri-  
meiro mato-grossense a doutorar-se em Medicina. Doou à  
cidade de Cáceres a área do cemitério São João Batista  
e muitas outras benemerências legou à Cidade, cuja Ata  
de Fundação seu avô, Leonardo Soares de Souza, assinara.  
Na guerra de 1864 a 1870, comandou o Sexagésimo Segundo  
Batalhão Imperial, que cooperou na retomada de Corumbá,  
e o fez com os próprios recursos, sem ônus para o Impé-  
rio, que em diferentes épocas, o galardoou com o títu-  
lo de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, com a Medalha

de Campanha da Guerra e com a Ordem de Cristo. Na paz e  
na Guerra, sua mãe Nanhã Grande a ele próprio mandavam  
muitos víveres para a subsistência do Forte de Coimbra.  
Durante a peste que assolou Cuiabá, estabeleceu quaren-  
tina na Jacobina, impedindo que a peste atingisse a Ci-  
dade de Cáceres. A figura do Major João Carlos, entretan-  
to, cresce de vulto no evento do asilo que concedeu ao  
Dr. Francisco Sabino da Rocha Vieira, médico e Chefe da  
revolução baiana de 1837. Condenado pela justiça no ano  
seguinte, foi desterrado para Goiás e, depois, o seu  
confinamento foi determinado para Vila Bela. Já velho e  
alquebrado, encontrou fraterna guarida em outubro de  
1844, na Jacobina, onde permaneceu até 25 de dezembro  
de 1846, quando faleceu e foi sepultado na pequena Igre-  
ja local da Jacobina, dedicada a Santo Antonio, ao lado  
dos seus antepassados. Na concessão deste asilo, João  
Carlos foi, antes de tudo, humano e cristão, prestando  
a Sabino, na lápide de madeira que fez lavrar, a homena-  
gem mais encarnada à ciência e ao saber. Nada o deteve,  
na sua determinação. Sob sua custódia estava um homem,  
no fim da vida agitada, que precisava da mão forte que  
o amparasse de qualquer rigor da lei. João Carlos foi  
a lei maior na proteção a Sabino e, aqui, ao meu ver, o  
seu maior padrão de glória. Foi Senhor de Engenho; foi  
simples e operoso; foi exigente e disciplinado; foi de-  
dicado e foi um grande homem.

### CUMPRIMENTOS POR ARTIGO NO SUPLEMENTO.

#### CONCLUSÃO DA PAGINA 6

que precederam a sua despedida desta vida terrena. Seu  
médico assistente accidental, pela sólida amizade que  
nos unia, nunca se arreceiou da morte iminente que o  
espreitava e a encarava com sobrançeria, com referen-  
cias sarcásticas a respeito dela. Levá-lo-ia uma insu-  
ficiência cardíaca descompensada, que nos privaria para  
sempre de tão encantador convívio. Nos derradeiros mo-  
mentos de atividade, já bastante enfermo, acometido de  
intensa dispnéia de esforço, foi funcionário do Insti-  
tuto Luis de Albuquerque, último encargo que exercera  
durante a vida e, em face do seu estado de saúde, ocu-  
pava pequena sala no andar térreo, evitando subir. In-  
greme escada de dois lances, a lhe provocar crises de  
falta de ar. Ali viria desvanecer-lhe paulatinamente a  
vida, mas - espírito malhoteiro - satirizava-a com in-  
clemência. No dia 14 de agosto de 1983 fechava os olhos  
para sempre, confirmando prognósticos sombrios. O vá-  
cuo que deixou manifestou-se impreenchível. Ninguém pa-  
ra o substituir nas famosas crônicas em "Janela Aberta  
Para a Cidade", plenas de poesias, pejudas de inspira-  
ção, em colunas de jornais e nas emissoras locais, nas  
quais registrava os fatos mais importantes do primiti-  
vo Mato Grosso. Ele é lembrado com carinho em sua jus-  
ta contribuição e nós, do Instituto Luis de Albuquerque,  
fazemos eco neste sentimento de saudade, solidários  
com a sua gentil homenagem. Com protestos de estima e  
consideração. Atenciosamente, Iéclio Gomes de Souza -  
Administrador.

## HISTÓRIA E TURISMO ESTÃO JUNTOS EM ÁGUA FRIA

Joanito Pinto de Souza.

No topo da escarpa da Serra de São Jerônimo, no Município de Chapada dos Guimarães, está localizada uma série de atrações turísticas, enriquecidas por interessantes registros históricos. Ali, na região de Água Fria, turismo e história estão presentes com toda a evidência de um mundo bucólico, onde o progresso não conseguiu romper todo o encanto natural da sua paisagem. No alto daquele espigão divisor de águas, o cenário cresce em direção do horizonte. A Oeste, a lendária Salcadeira a Leste, o Curral-de-Pedras, a Lage e os campos conhecidos por Quilombinho, e no meio deste autêntico espetáculo da natureza desponta o Morro do Cambambe, com os seus imponentes 793 metros de altitude. A História de Água Fria pode ser tão imponente, mas é farta em fibra e valores humanos, com destaque para as origens nordestinas e para a intensa garimpagem no início do século.

### ÁGUA FRIA.

Nos campos do Quilombinho nasce um riacho que, por suas águas cristalinas e frias, recebeu o nome de Água Fria. A designação também serviu para a sede do Distrito, localizada a 30 quilômetros, aproximadamente, das nascentes do mencionado riacho, em linha reta, no sentido Leste-Oeste. A sede do Distrito de Água Fria fica na margem esquerda do córrego Água Fria, que, depois de cortar vasta região de cerrado arenoso, desemboca no Rio Quilombo, como afluente, também, da sua margem esquerda. A tradição diz que Água Fria foi fundada pelos Srs. José Gomes Ferreira, Severiano Mendes Pereira e José Gomes Pacheco. Os dois primeiros vieram do Maranhão e o terceiro da Bahia. Eles chegaram à região por volta de 1931, povoando a velha sesmaria de propriedade do Sr. Antonio Claro da Silva, mais conhecido por Totô Claro. Os diamantes de Cassununga e regiões limítrofes atraíram grande número de garimpeiros, que reviraram com pás, enxadas e picaretas o solo das margens do Riacho Água Fria. Os diamantes que afloravam das primeiras catras tinham por forma água e qualidade, tornando-se bastante conhecidos por sua tonalidade azulada, daí a designação de Limpa Partida. E assim surgiu rapidamente uma curruetela que se chamou, como o riacho, Água Fria. A região é linda e alta. O seu ponto culminante é o Morro do Cambambe, que chega a ter 793 metros de altitude, distante apenas quatro quilômetros, em linha reta, da sede do Distrito. O seu clima é moderado (12º a 25º) e agradável, notando-se pouca diferença entre as estações do ano. A piscosidade dos rios Casca, Quilombo e Manso, com destaque para o local conhecido por Saltinho, serve como outra atração turística, ao lado das espetaculares formações geológicas ali existentes.

### REGISTROS HISTÓRICOS.

O povoado de Água Fria somente se tornou Patrimônio quando a sua sede foi elevada à condição de Distrito de Paz, em 17 de novembro de 1958, conforme lei estadual nº 116, publicada no "Diário da Justiça" de 6 de dezembro do mesmo ano. O Cartório de Registro Civil só foi instalado no dia 18 de julho de 1959, sendo o seu primeiro cartorário o Sr. Cipriano Pedroso, substituído depois pela Professora Elba Xavier Ferreira, esposa de um dos descobridores do garimpo originário, o Sr. José Gomes Ferreira, hoje conceituado comerciante e fazendeiro. O primeiro lançamento no livro do mencionado cartório ocorreu no dia 18 de julho de 1959, com o primeiro nascimento registrado em Água Fria, o de Eunice Maria de Jesus, esposa do Sr. Marciano Cazusa da Costa,

conhecido popularmente por Ceará. Por sua vez, o primeiro casamento registrado foi o do Sr. Higino Paulino da Silva com a Sra. Melícia Alves da Guia. Já o primeiro óbito registrado foi o da Sra. Adélia Alves Pedroso. Dez anos depois, em 1968, Água Fria teve o seu primeiro sub-delegado de Polícia, o Sr. Hélio de Freitas Luciaro, enquanto que o primeiro juiz-de-paz, "ad-hoc", foi o Sr. Paulo Gonçalves, cujo ato de nomeação foi publicado no "Diário da Justiça" de 8 de outubro de 1982. Hoje, Água Fria é uma das maiores expressões de Chapada dos Guimarães tanto em termos políticos como em índices populacionais. Prova disto é que no pleito de 15 de novembro de 1982 conseguiu eleger oito dos onze vereadores da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães.

### CURRAL-DE-PEDRAS.

Entre as muitas atrações turísticas que a região de Água Fria oferece, salienta-se a curiosa formação rochosa conhecida como Curral-de-Pedras, que se encontra a 15 quilômetros do Distrito de Água Fria, na rodovia que liga a região com a sede do Município de Chapada dos Guimarães. Para ali, mesmo sem infra-estrutura turística, se desloca grande número de visitantes, notadamente nos fins de semana. O Curral-de-Pedras é um fenômeno geológico raro, que desperta grande interesse, a despeito da dificuldade de acesso. Somente a sua fama seria suficiente para justificar um melhor aproveitamento turístico, mas isto depende da construção de uma estrada capaz de suportar tráfego de veículos em todas as épocas do ano.

### MORRO DO CAMBAMBE.

As características climáticas de Água Fria também poderiam ser aproveitadas na área do alpinismo, principalmente no Morro do Cambambe. Os alpinistas terão a grata oportunidade de escalar próximo de Cuiabá, em condições excepcionais. O Morro do Cambambe está a apenas seis quilômetros da sede do Distrito de Água Fria, onde o acesso é razoável, por estrada encascalhada e de boa qualidade. Para os arqueólogos, o Morro do Cambambe é um manancial quase inexplorado de surpresas, com fósseis ainda não devidamente estudados. Ali, já foram encontrados restos de animais de grande porte, que, embora não estudados cuidadosamente, parecem pertencer, segundo opinião de alguns técnicos, a esqueletos de algum megatério, tais as proporções, espessura e forma dos ossos. Esta importantíssima descoberta seria uma preciosa fonte de estudos e poderia trazer valiosos conhecimentos científicos sobre a formação geológica do Distrito de Água Fria, e, por extensão, do Município de Chapada dos Guimarães, rico em manifestações arqueológicas e hidrológicas. Os fósseis encontrados foram enviados para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, na Quinta da Boa Vista, onde seriam cientificamente reconstituídos em gesso, com a obtenção de informes preciosos para a exploração em larga escala de turismo permanente. O resultado desse trabalho jamais foi divulgado. Infelizmente, os setores competentes deixaram em segundo plano um dos mais importantes recursos turísticos da Chapada dos Guimarães, que nem sempre recebeu o devido apoio, embora já tenha sido considerado área prioritária para o turismo nacional. Este esquecimento faz com que muitos não tenham a oportunidade de conhecer estas belezas naturais daquele Município, e especialmente de Água Fria, um Distrito também quase desconhecido e que aguarda a chegada dos benefícios de um turismo organizado e gerador de mais riquezas para a região.

## CORRESPONDÊNCIA DE JOÃO PEDRO DA CÂMARA

Ana Mesquita Martins de Paula

O Projeto Documentos Ibéricos apresenta uma amostra de um dos trabalhos que vem sendo realizado pela sua equipe, o de transcrição e compilação de documentos específicos das correspondências dos "Capitães Gerais" da Capitania de Mato Grosso. Esta é uma carta do segundo do Governador Capitão General João Pedro da Câmara (1765-1768) remetida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

O Capitão General, através desta correspondência, expõe toda a estratégia e represália para se conseguir manter a posse da terra nas regiões fronteiriças, onde os castelhanos, possuidores de numerosas missões, ameaçavam constantemente as raças lusitanas. Além dos recursos utilizados, apresenta o governador, sugestões de novas medidas como a nomeação de um governador para a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, considerando a grande extensão da Capitania e cita o exemplo do Rio Negro e Maranhão. Deixa evidente a relação de trabalho com os índios e a preocupação de utilizá-lo como guia elemento eficaz nos contatos e notícias referentes à parte espanhola na América.

A documentação citada é a seguinte:

"Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ilmo e Exmo Sr. Depois que dei conta a V. Exa., em 17 de fevereiro deste ano, dos movimentos dos nossos vizinhos nestas fronteiras, me avisou o Comandante desta Fortaleza, de nos haverem aprisionado um Cabo de Esquadra, e dois índios, o qual havia sido mandado ao Mamoré a rondar, e a ver se podia observar alguma cousa. A canoa, em que navegava, ia remada com sete índios, dos quais puderam escapar cinco, que trouxeram esta notícia. Não me resolvi a escrever ao General de Santa Cruz, sobre este procedimento, receando, que pela sua pouca fé, deixasse ficar o portador, como na ocasião passada, quiz praticar com meu antecessor. Pareceu-me justo mandar fazer represália em todas as canoas suas, que passassem por aqui; e com efeito se conseguiu em uma, que vinha de São Martinho, com alguma carga de açúcar, e dez índios. A 26 do referido mês de fevereiro, me pus em marcha para o sitio das Pedras a fortificá-lo, e no fim de cinquenta dias deixando-o guarnecido com quarenta homens da ordenança, comandados por um Capitão da mesma, parti para Vila Bela, aonde cheguei depois de doze dias de viagem. Logo fui examinar o Rio dos Barbados, e Jauru, que são as paragens por onde os castelhanos podem entrar, e aonde estabeleci os destacamentos que me pareceram convenientes. Depois dei as ordens, que julguei necessárias, ao meu ajudante, para a defesa da Capital. No caso de ser acometida, lhe deixei duzentos homens da ordenança, um furriel, alguns dragões, e pedestres. No dia 04 de junho parti para esta fortaleza, aonde cheguei a 15 do mesmo mês, não obstante ter dado conta a V. Exa. que não sairia de Vila Bela; porém vendo que os Espanhóis encaminham o maior poder para esta parte, e o considerando, que sem a minha assistência, poderia haver alguma frouxidão na guarnição da mesma fortaleza, quando fosse acometida, achei conveniente ao real serviço vir para ela. Tenho-a guarnecida de gente, e munições de boca, e guerra, como será presente a V. Exa. pelos mapas, que remeto nesta ocasião. Ordenei ao Capitão Mor de Cuibá, que estivesse naquela Vila, com toda a vigilância, pondo rondas no rio, e guardas nos pontos mais importantes, conservando as ordenanças prontas, e lhes fizesse ter as armas em estado de poder servir em qualquer ocasião, que possa haver. Tenho seis canoas armadas em guerra, cada uma com duas pecinhas, e quatro bacarmates, guarnecidas com quatorze soldados, e um cabo de esquadra, são comandadas por um tenente de dragões, que anda em um bote, e trinta soldados, armada com uma peça de libra na proa, e outra de três quartas na popa. Tem ordem minha para andar sempre cruzando nas barraças, embarcando aos castelhanos a saída, para o nosso rio, a fim de rem-se fortificar nas margens dele, bloqueando-me, como fizeram na guerra passada. Além disto tenho estabelecido diferentes destacamentos, rio abaixo, e rio acima; como o que não poderão empreender nada, sem que desejam logo descobertos os seus projetos.

Também mandei na Barra do Rio dos Mequens, que fica igualmente distante de Vila Bela, que desta Fortaleza, abrir para ela um caminho por terra, em que atualmente se trabalha, com o qual ficará sempre aberta a comunicação, no caso de não podermos impedir o bloqueio do Rio. Como eu havia mandado fazer bom agasalho aos índios castelhanos, que por aqui passavam dando-se-lhes sempre algumas quinilharias, em agradecimento disso, logo que chegavam as tropas às missões me fez aviso um índio da Madalena, por tres em uma canoinha, que vinha aquela gente, para atacar a Fortaleza. Outro, da Missão de S. Martinho, me escreveu a carta, que remeto a V. Exa.; cuja trouxe um seu irmão, que não quis voltar. No dia 13 do corrente chegou a esta Fortaleza o referido índio de S. Martinho, com mais trinta e quatro, e me diz que todos os outros, se acham já fugidos no mato, para tomarem o mesmo caminho, por quererem os Padres obrigar a vir à guerra. Todos trazem as suas setas envenenadas, o que tinham feito por ordem dos mesmos bons religiosos. Eu lhes mandei fazer logo casas à pouca distância desta Fortaleza; e todos os instantes estou esperando que cheguem os outros, os quais me dizem que passarão de quinientos.

Esta Missão está acabada, e creio que a todas as outras sucederá o mesmo, se continuarem as tropas nestes alojamentos; e segundo alcanço dos índios, não tem falta de diferenças entre os padres, e os oficiais, e soldados, e não pode deixar de ser assim, vendo os primeiros, naturalmente miseráveis consumir pelos segundos, quanto tinham com tanta avareza acumulado. As quatro Missões do Bauris estão guarnecidas com cem soldados cada uma. Nas duas do Rio Itonamas há duzentos, com um coronel engenheiro que me dizem é sobrinho do Cavallos. A de São Pedro, e a da Exaltação, me dizem, ter muito maior número de gente; residindo na primeira o Presidente da Real Audiência, e o General de Santa Cruz: tendo em todas bastante artilharia. Creio que eles estão esperando por maior poder, e que abaixo mais o Rio para dar princípio às suas operações. Em ofício do primeiro de julho do ano passado, que recebi em 2 de fevereiro do presente, me participa V. Exa. a resolução que Sua Magestade tomou de mandar remeter seis peças do Governo do Pará, para logo as fazer passar para esta Fortaleza. Até o presente não tem chegado, nem o socorro que há nove meses pedi ao mesmo governador; porém creio que não tardará muito, porque ele me avisou, em carta de 31 de janeiro, que ficava para expedir uma, e outra cousa. Eu desejo bem que cheguem, não só pela urgência em que estou; mas também por recear, que os espanhóis se fortifiquem no Mamoré, e que desta forma lhe embarquem a passagem.

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE



## PESQUISA HISTÓRICA: APOIO DO SENADO FEDERAL

Graças ao apoio do Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, receberá amplo material para a pesquisa histórica da região Centro-Oeste. De imediato, serão remetidos ao NDIHR 64 volumes dos Anais do Senado Federal referentes ao período imperial, ficando para depois a duplicação de micro-filmes relativos ao período republicano. Para manter novos contatos, em nome do NDIHR, com a assessoria do Senador José Fragelli, esteve em Brasília a Professora Maria de Fátima Gomes Costa, do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Além de vários livros editados pela Gráfica do Senado Federal, o NDIHR receberá diversos documentos fotocopados, de grande valor para as pesquisas dos historiadores regionais.

## A CONTRIBUIÇÃO NAVAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE.

### CONCLUSÃO DA PÁGINA 4

lim de Moura, o primeiro capitão-general da Capitania de Mato Grosso, e o seu emprego, posteriormente, na região do Rio Guaporé. Aborda, ainda, o emprego de "igara-tês" e de "botes do Pará" armados em guerra na mesma região do Rio Guaporé, além de "montarias" em operações militares. Revela, por exemplo, o emprego, nas embarcações armadas em guerra da antiga Capitania de Mato Grosso, de uma das mais adiantadas peças de artilharia da época, e vai até às suas origens e o uso em Portugal. Carlos Francisco Moura encerra o seu trabalho com outra interessante revelação: O Plano Estratégico de Defesa Naval da Capitania de Mato Grosso, de dom Antonio Rolim de Moura. Esta pesquisa complementa duas outras, do próprio autor: Biografia de D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, que além de ser o primeiro capitão-general da Capitania de Mato Grosso foi também capitão-general da Capitania da Bahia e vice-rei do Brasil; e o estudo sobre os famosos Índios Palaçuás.

## CORRESPONDÊNCIA DE JOÃO PEDRO DA CÂMARA

gem para cima.

Estas peças todas são precisas para guarnecer esta praça; além disto também se carece muito de artilharia, para o novo reduto, que mandei levantar defronte da barra do Rio Itunamas, para o sítio das Pedras, para Vila Bela, e para o Cuiabá, e para os Destacamentos do Jauru e Rio dos Barbados. Porém se Sua Majestade, atendendo a esta necessidade, houver por bem mandar mais artilharia, bastará que sejam peças de três, e de quatro; porque como os rios são estreitos, não necessitam de maiores calibres. Os nossos vizinhos têm grande quantidade dela, e de morteiros tudo de bronze; em cuja fábrica estabelecida na Missão de São Pedro trabalham atualmente. Também sou obrigado a pôr na presença do mesmo senhor, que este Governo se não pode defender, somente com a companhia de dragões, e pedestres. Os primeiros têm pouco uso a cavalo, por ser o País cortado de rios, e pantanais, e só servem para algumas diligências de condução de ouro, e guarda dos diamantes. Para guarnecer esta Praça, Mato Grosso, Cuiabá, e os diferentes Destacamentos, que deixo referidos, se carece muito de infantaria; e espero que Sua Majestade, parecendo-lhe, seja servido mandar a que julgar conveniente, com os seus respectivos oficiais. Como esta Fortaleza tem crescido em moradores que tenho feito estabelecer em seus distritos, e duas aldeias de Índios, carece ser governada por oficial de maior graduação do que um tenente: e como eu não posso assistir nela; porque então padecem os negócios de Vila Bela, e Cuiabá, ficando a primeira distante duzentas léguas, e a segunda trezentas; me parece seria muito conveniente nomear Sua Majestade um Governador para a dita Fortaleza, como tem o Rio Negro, e o Maranhão. É o que tenho por ora que comunicar a V. Exa., e que fica com firmes esperanças, sem embargo de ser tão pouco o nosso poder, e tão grande o dos vizinhos, que Deus abençoará as nossas armas, no caso de serem por eles atacadas. Deus guarde V. Exa. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, 20 de Junho de 1766. João Pedro da Câmara".

(Arquivo de origem: Arquivo Histórico Ultramarino, Cx 13 doc. 831, Lisboa. Microfilmoteca do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, MF 185, doc. 2081 - UFMT).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR